O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Suspendi por cinco minutos, reabri, e suspendi por mais cinco minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Gostaria de saber a que horas foi isso?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu vou responder para Vossa Excelência.

Há sobre a mesa requerimento assinado pelo deputado Barros Munhoz, que solicita, nos termos regimentais, que a disposição da presente Ordem do Dia seja alterada, na seguinte conformidade:

Item 1 - Que o item nº 254, referente ao Projeto de lei nº 921, de 2017, passe a figurar como item nº 2.

Item 2 - que os demais itens sejam renumerados.

Em votação.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Coronel Telhada e Wellington Moura para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É feita a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número insuficiente para a continuidade dos trabalhos, e agradece a colaboração dos nobres deputados Coronel Telhada e Wellington Moura.

Esta Presidência, nos termos do Art. 106, Inciso III, do Regimento Interno, antes de declarar levantada a presente sessão, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 21 horas e 04 minutos.

* * *

14 DE DEZEMBRO DE 2017
62ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 921/17.
2 - MÁRCIA LIA
Discute o PL 921/17 (aparteada pelo deputado Campos Machado).
3 - BETH SAHÃO
Discute o PL 921/17.
4 - BETH SAHÃO
Solicita verificação de presença.
5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.
6 - TEONILIO BARBA
Discute o PL 921/17.
7 - RAFAEL SILVA
Para comunicação, posiciona-se a favor do renegociação das dívidas do Estado, tema de que trata o PL 921/17.
8 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Discute o PL 921/17.
9 - JOÃO PAULO RILLO
Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.
10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido e suspende a sessão às 22h24min, reabrindo-a às 22h30min. Encerra a discussão do PL 921/17.
11 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para comunicação, expressa sua posição sobre o andamento dos trabalhos.
12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Tece considerações acerca de entendimento entre seus pares durante reunião do Colégio de Líderes, hoje, a respeito da deliberação de proposituras. Coloca em votação o PL 921/17, com cinco emendas. Suspende a sessão por três minutos, por conveniência da Ordem às 22h32min, reabrindo-a às 22h36min. Coloca em votação e declara aprovado o PL 921/17, salvo emendas.
13 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Requer verificação de votação.
14 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
15 - CAMPOS MACHADO
Para comunicação, apela a seus pares pela aprovação da propositura referente ao Orçamento Impositivo. Desculpa-se por supostamente ter sido agressivo verbalmente com o deputado Alencar Santana Braga.
16 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para comunicação, aceita as desculpas do deputado Campos Machado, a quem pede escusas se de alguma forma o ofendera.
17 - BARROS MUNHOZ
Para comunicação, apela pelo entendimento de votação da propositura em tela a seus pares.
18 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para comunicação, responde favoravelmente ao pedido do deputado Barros Munhoz.
19 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Retira o pedido de verificação de votação.
20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Coloca em votação e declara rejeitadas as emendas de 1 a 5 ao PL 921/17. Altera a Ordem do Dia da segunda sessão extraordinária prevista para hoje. Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei nº 921, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ao amparo do artigo 2° da Lei Complementar federal n° 156, de 2016. Com 5 emendas. Parecer nº 1649, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto e contrário às emendas. (Art. 26, da Constituição do Estado).

Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (S. Exa. desiste da palavra.) Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado. (S. Exa. desiste da palavra.)

Para discutir contra, tem a palavra a nobre deputada Márcia Lia pelo tempo regimental.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - O que nos traz aqui é o debate do Projeto de lei nº 921, de 2017. Esse projeto solicita autorização do Poder Executivo para a Assembleia Legislativa para que o Poder Executivo possa renegociar as operações de crédito firmadas com o BNDES com amparo no Art. 2º, da Lei Complementar federal nº 156, de 2016. O que significa esse projeto de lei? Significa que o Governo tinha 15 obras, 15 contratos que foram celebrados com o BNDES até 31 de dezembro de 2015, e que esses contratos precisam ser renegociados.

Por que eles precisam ser renegociados? Porque, por uma série de questões, as obras foram sendo adiadas, adiadas e adiadas. Em todos esses adiamentos, o Governo acabou não conseguindo cumprir os prazos estabelecidos pelo BNDES e, agora, precisa renegociar os 15 contratos que tem com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Governo alega que, nessa renegociação, ele terá um alívio financeiro da ordem de 405 milhões de reais. Alega ainda que, se o Governo renegociar, ele terá uma dilação do seu prazo para uma carência de quatro anos, a qual está sendo renegociada. Portanto, é algo que interessa muito ao Governo, assim como o Projeto de lei nº 920, que acabou de ser aprovado nesta Casa pelo Governo do Estado, mesmo com a nossa disposição e o nosso voto contrário.

Há algo que nos deixa muito preocupados. Irei citar alguns exemplos. O empréstimo que foi feito junto ao BNDES para a Linha 6 do Metrô, a Linha Laranja, que era de 752 milhões de reais, não foi utilizado. O Governo, talvez por incompetência - não sabemos o que, de fato, aconteceu, há tantas conversas em torno disso - somente conseguiu utilizar, dos 752 milhões, 129 milhões de reais.

Enfim, os dados que estão no Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo dão conta de que, em relação ao saldo da dívida com o BNDES, que era de oito bilhões e 880 milhões, ainda restam muitos bilhões para serem pagos. Até agora o governo conseguiu pagar somente três bilhões e 700 milhões.

Dessa forma, a baixa execução desses contratos faz com que o Governo tenha a necessidade premente de renegociar essas dívidas, de conseguir essa carência maior, de conseguir esses descontos que o BNDES está propondo, para que possam renegociar todas as dívidas. Nessa perspectiva, eles precisam que esta Casa autorize essa renegociação.

Então, é um projeto de lei que interessa muito ao Governo do Estado de São Paulo. É um projeto de lei que se soma ao PL nº 920 e, portanto, nós estamos aqui para debatê-lo e discuti-lo. No entanto, também quero usar o meu tempo para poder conversar um pouquinho sobre o que está acontecendo neste país em relação ao Poder Judiciário.

O que temos visualizado é que todas as garantias constitucionais, todos os direitos e liberdades individuais neste país estão sendo massacrados. A nossa Constituição Federal foi rasgada em pedaços, em muitos pedaços. Há princípios constitucionais chamados de cláusulas pétreas, ou seja, eles não podem ser alterados de forma alguma, a não ser por uma nova constituinte, o que não aconteceu. Com certeza, não será tão fácil convocar uma nova constituinte. Esses princípios, garantias e cláusulas pétreas estão sendo destruídos, absolutamente destruídos.

Estamos nos deparando com situações como as que têm acontecido na Operação Lava Jato, com conduções coercitivas de pessoas que sequer foram convidadas para prestar seus depoimentos. Elas sequer foram convidadas! Essas pessoas não receberam uma notificação dizendo: "tal dia, tal hora, o juiz tal e o promotor tal gostariam de poder conversar com o senhor ou com a senhora".

E as pessoas estão vendo a sua reputação ser jogada no lixo. Deputado Campos Machado, depois que a pessoa é jogada na imprensa, depois que seu nome é estampado em todos os jornais... É mais ou menos como pegar um travesseiro de plumas, colocar na frente de um ventilador e deixar a coisa rolar. Nunca mais você conseguirá juntar todas aquelas plumazinhas, pois elas se espalham. É o que estamos vendo acontecer com as pessoas que estão sendo conduzidas de forma coercitiva.

Nós tivemos, por exemplo, o suicídio do reitor da Universidade de Santa Catarina, que certamente era uma pessoa honrada, uma pessoa séria. Eu não o conhecia, mas falo de acordo com o que li e ouvi. Vi pessoas defendendo a moral daquela pessoa. A pessoa se sentiu tão agredida, tão vilipendiada por ter sido exposta da forma como foi... Um reitor de uma universidade! O cara não aguentou, gente. O cara se suicidou.

Foi solicitado apoio psicológico para ele, quando ele estava preso, preso de forma ilegal. A delegada da Polícia Federal, o juiz responsável pelo caso e o Ministério Público, todos aqueles que estão fazendo uma grande farra com os nossos direitos, garantias e liberdades, não autorizaram. A pessoa deve ter entrado em uma depressão tão profunda, mas tão profunda, que não aguentou e acabou se suicidando.

E eu pergunto: quantas pessoas não estão sendo submetidas...

Concedo um aparte ao nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputada Márcia Lia, quero cumprimentar Vossa Excelência.

Estamos vivendo uma pré-ditadura judiciária, que é a pior das ditaduras. Onde já se viu uma condução coercitiva sem intimação prévia? Isso é um absurdo. E mais do que isso: prisão preventiva, que era exceção, virou regra.

Enquanto isso, o Supremo Tribunal Federal quer passar por cima do Congresso e de tudo. Mais do que isso: nós, nesta Casa, não estamos discutindo o que tínhamos que discutir. Estamos perdendo paulatinamente prestígio e força política.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Prerrogativas que são inerentes a um poder que deve ser isonômico.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - E tem muita gente contente com a definição da data do julgamento do Lula, quando o tribunal está demorando seis ou sete meses. Por que é que tem que julgar o presidente Lula em janeiro? Somos adversários, mas tenho que reconhecer. Demora de seis a dez meses, no mínimo. Em dois meses, o que o tribunal quer? E nós não reagimos. Nós, como cordeiros, estamos assistindo à violação de todas as prerrogativas do Poder Legislativo.

Quero cumprimentar V. Exa., pois esse tema é delicado e perigoso para os poderes e instituições.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Com certeza. O Estado Democrático de Direito está ameaçado.

Eu tenho, deputado Campos Machado, um amigo que é professor de direito penal, na cidade de Araraquara, e que foi procurador de Justiça. Ele é uma pessoa muito honrada, uma pessoa muito querida no mundo jurídico da minha cidade. Ele me disse, um dia, com todas as letras, que às vezes pegava a lei e não sabia o que falar para os alunos dele. Tudo aquilo que estava escrito no texto do Código Penal, no Código de Processo Penal, quando ele chegava para dar aula, o exemplo que estava sendo dado pelo Judiciário não correspondia à letra da lei, por que a lei está sendo desrespeitada, porque a lei está sendo vilipendiada.

Vemos que, infelizmente, o princípio da separação dos poderes também está sendo infringido, porque quando o Poder Judiciário quer determinar o que o Poder Legislativo vai fazer, ou não vai fazer, ou deixa de fazer, também há violação, também há afronta à Constituição. Desde que se estabeleceu a separação de poderes - e vem lá de Montesquieu, lá de trás - os poderes têm que ter independência, têm que ter harmonia, e cada um tem que tocar a sua vida sem que um infrinja regras atinentes a outro.

É muito grave o momento que nós vivemos neste País. É muito sério. Nós não podemos aceitar que a fila seja furada, porque para o TRF4 julgar o presidente Lula, ele furou fila, não obedeceu a ordem dos processos. Isso é um absurdo, é uma ilegalidade.

Outra coisa, deputado Campos Machado, a defesa não está tendo direito à ampla defesa e ao conhecimento de documentos, de coisas importantes, cuja ciência deveria ter sido dada aos advogados de defesa. Até violação do sigilo de escritórios de advocacia nós estamos vendo. Eu pergunto: por que a OAB não reage? O que está fazendo a OAB para garantir os nossos direitos?

Este é um momento de muita dificuldade. Nós não estamos vivendo uma pré-ditadura, não. Acho que já estamos na ditadura propriamente dita. Nós estamos vivendo dias muito tristes. As nossas leis sempre foram motivo de orgulho para nós, de orgulho para a democracia. A democracia brasileira é uma democracia jovem, mas ela está sendo infringida, ela está sendo desmontada. Nós estamos vendo tudo isso. Parece que o povo brasileiro está anestesiado, parece que o povo brasileiro não está se dando conta de que se hoje acontece com meu vizinho, amanhã pode acontecer comigo. Se hoje acontece com quem eu não conheço, amanhã pode acontecer com a minha família. Isso é muito grave, isso é muito sério.

Nós temos que dar conta de responder para a sociedade brasileira o que nós vamos fazer diante de tantas ameaças, de tantas coisas que nós estamos vivendo neste País de meu Deus. Nós não vamos aceitar, nós vamos tomar providências junto a órgãos internacionais para que a nossa legislação, para que nossa democracia, para que o nosso presidente Lula seja, de fato, respeitado. Não vamos aceitar que a nossa Constituição e as nossas leis penais sejam infringidas pelos próprios juízes de direito. Isso é um absurdo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando T. Ferreira. (Ausente.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos assistem pela TV Alesp, público das galerias, funcionários, eu estava aqui observando, ouvindo atentamente a fala da deputada Márcia Lia, e devo dizer que concordo plenamente com as suas colocações.

Estamos vivendo um momento muito complicado, porque fere totalmente o Estado de Direito, que foi uma luta contínua daqueles que se propuseram a lutar pela democracia no nosso País, que conseguiram elaborar uma Constituição, em 1988, considerada a Constituição Cidadã, moderna, abrangente, sobretudo nos capítulos destinados aos direitos dos cidadãos e cidadãs deste País.

E hoje nós temos assistido a uma intolerância tão grande, neste País, muito dessa intolerância fortalecida e reforçada nas redes sociais, o que acaba potencializando-a. Tanto é verdade que, ontem, não lembro em que cidade foi, jogaram pedra no Papai Noel, porque acabaram as balas do Papai Noel. É cômico se não fosse trágico, crianças fazendo esse tipo de prática; quer dizer, que exemplo estamos dando para uma geração que está nascendo, que está crescendo e que precisa crescer num ambiente saudável, num ambiente de paz, de tolerância, de amor.

O que nós estamos vendo é, cada vez mais, o ódio de classes, o ódio contra aquilo que é diferente da gente, o ódio contra a diversidade, seja a comunidade LGBT, que vem sendo sistematicamente perseguida e até exterminada. O número de pessoas assassinadas desta comunidade no Brasil é um dos maiores do mundo, mesmo em relação aos negros, que também têm sofrido um racismo exacerbado. É só recuperarmos os recentes acontecimentos, até com figuras famosas, filhos de artistas, artistas, colocações absolutamente preconceituosa de jornalistas, jornalistas famosos que chegaram até a ser afastados das suas funções. Estamos vendo um recrudescimento ainda maior da violência sobre as mulheres.

O Brasil está ganhando, a cada dia que passa, posições que nos envergonham perante o mundo, como sendo um dos países onde o feminicídio se destaca cada vez mais, aumentando. Ontem ouvi na rádio: um marido retirou a companheira do serviço, bateu tanto nela, que ela foi internada e horas depois morreu. Isso é fruto inclusive de uma cultura machista que nós vivemos, e que as pessoas têm dificuldade de admitir. Inclusive as autoridades, no momento em que acabamos discutindo a Educação, que a educação pública precisa ter esse debate, precisa ter o debate da questão de gênero para poder colocar na cabeça dos nossos pequenininhos, das nossas crianças, que homens e mulheres são iguais, que o homem não tem poder sobre as mulheres, que o homem não é proprietário das mulheres, não é dono das mulheres, porque na medida em que ele se sente dono das mulheres, proprietário delas, também se sente no direito de violentá-la, de agredi-la, e agressão de todos os aspectos, não só agressão física, mas agressão moral, que às vezes dói mais do que agressão física, agressão psicológica, e até levando ao assassinato. Recentemente, a presidenta Dilma sancionou a "Lei do Feminicídio".

Agora, na verdade, houve um movimento de deputados extremamente reacionários e conservadores querendo alterar a Lei Maria da Penha, que é uma lei importantíssima que dá certa proteção às mulheres. Ela não elimina, mas reduz a impunidade dos criminosos em relação aos crimes cometidos contra as mulheres. Também querem alterar a "Lei do Feminicídio". Ainda bem que, por ora, isso foi suspenso.

Por aí vai. São ações muito frequentes. Hoje, soubemos, por meio de uma companheira nossa, a senadora Fátima Bezerra, que o projeto que retiraria o título de patrono da Educação do educador Paulo Freire foi, finalmente, engavetado. Foi, finalmente, arquivado. Esse é um dos maiores educadores, não só do Brasil, mas do mundo. Pasmem: o Congresso, que não tem nada melhor para fazer, queria votar a retirada de um título que foi concedido de uma forma absolutamente justa, merecedora, a quem, inclusive, já não está mais aqui para poder se defender. Porém, a sua obra deixada fala por si.

Então, são atitudes que viemos acompanhando no cenário nacional. Acabam sendo potencializadas, também, pelas redes sociais - o que nos machuca e, mais do que isso, nos preocupa muito. Qual é o caminho que este País irá seguir? Qual é o caminho de um país cujas câmaras municipais, hoje, estão mais preocupadas em votar projetos que determinam a famosa "Escola Sem Partido" do que em cuidar do atendimento à Saúde dos seus munícipes, do que propor políticas públicas para melhorar a qualidade da Educação, do que propor políticas públicas para melhorar o atendimento nas áreas sociais, na área habitacional, nos cuidados com a infraestrutura? Deveria ser a preocupação daqueles que hoje versam e trabalham com ações totalmente equivocadas - até porque a probabilidade de o Supremo Tribunal Federal derrubar essas leis é muito grande, porque elas têm um caráter absolutamente inconstitucional.

Da mesma forma, é inconstitucional aquilo que vem ocorrendo com o presidente Lula, que vem sendo cerceado, ao longo de meses, de anos, do seu legítimo direito de defesa. Como eu disse, ontem, nesta tribuna, e repito, hoje, marcar o julgamento de um recurso no mês de janeiro? Olhem, agora dá para dizer que é algo jamais visto na história deste País. O Judiciário, que, tradicionalmente, todo mês de janeiro se encontra em recesso, resolveu abrir mão do seu recesso para poder, na sua tentativa mais do que intensa, condenar o ex-presidente.

Sabem por que querem condená-lo? Porque ele aparece em primeiro lugar em todas as pesquisas. Não é porque ele é o Lula e não é porque ele pode, eventualmente, segundo eles, ter cometido algum tipo de erro, mas é por causa do que ele representa, do projeto político que ele representa.

Hoje, saiu um dos mapas da desigualdade do mundo e o Brasil está voltando a figurar como o País onde as desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres são as mais profundas do mundo, segundo um filósofo francês. Nós não vemos, hoje, nenhuma ação sequer, do governo federal, que possa diminuir essa desigualdade - muito ao contrário do que acontecia na época do governo do presidente Lula, que implementou um conjunto de ações que foram bastante eficientes e eficazes, no que diz respeito à redução dessas desigualdades.

Agora estamos aprofundando as desigualdades porque este é um governo que trabalha para o mercado. Esse é um governo que acha que o Estado tem que ir na lógica do Estado mínimo, com poucos ou nenhum serviço oferecido para as pessoas que mais precisam.

Hoje ainda me ligou um estudante de medicina, da minha cidade, que tem faculdade de medicina. Ele está finalizando o seu curso e sua namorada está indo para o segundo ano. Ela perdeu o pai. Ela tentou o Fies, só que não tem mais Fies. Quem tem, tem. Quem não tem, fica sem. Portanto, ela vai ter que abandonar a faculdade de medicina porque não tem a mínima condição de se sustentar. A sua mãe tem um trabalho cuja remuneração é muito baixa para poder sustentar a filha em uma faculdade de medicina.

Estou dando ela como exemplo. Mas quantos milhares de jovens, hoje, encontram-se nessa situação, em razão de não termos mais o Fies, em razão de não termos mais o ProUni, em razão do baixo financiamento para poder atender a essa demanda estudantil! O Ciências sem Fronteiras, um programa que atendia 116 mil jovens - estudando e se especializando fora do País, para adquirir novos conhecimentos, novas tecnologias e, posteriormente, aplicá-los aqui no Brasil - foi suspenso, acabou, derreteu, desidratou.

É desta maneira que esse governo trabalha. É um governo que atende aos interesses do grande capital, que atende aos interesses dos grandes banqueiros, que atende aos interesses da comunidade rentista. Isso é mais do que certo, até pela pressão que esse governo corrupto vem fazendo para poder aprovar a reforma da Previdência. É uma reforma, que é público e notório, que vai prejudicar o conjunto da população brasileira.

É uma reforma que quer retirar o Benefício de Prestação Continuada - que é um salário mínimo - que as famílias pobres recebem quando já atingem uma determinada idade, para poder levar a sua vida com o mínimo de dignidade. É uma reforma que quer fazer com que uma viúva ou um viúvo opte entre ficar com sua aposentadoria ou ficar com a pensão do falecido ou da falecida. Sendo que ambos representam pouco mais de mil e 800 reais, uma quantia que não é nenhuma fortuna, e o governo quer retirar.

Já está mais do que provado que a Previdência, neste País, é superavitária. Já está mais do que provado que não existe déficit na Previdência. Tanto isso é verdade que a CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - que foi finalizada há poucos dias, comprovou isso. Comprovou, inclusive, com números, apontando onde o governo poderia melhorar a sua arrecadação da Previdência. Como, por exemplo, arrecadar das empresas devedoras, das grandes empresas que são devedoras da Previdência.

O governo não tem coragem de fazer esse enfrentamento. Não tem coragem de cobrar os grandes bancos, por exemplo. Mas isenção para eles, ele dá. Isenção para as empresas poderosas, o governo concede. Mas buscar cobrar aquilo que é direito de todos nós, fazer com que essas grandes empresas, que são milionárias, que arrecadam milhões, que vendem, que faturam, que têm faturamento elevadíssimo...

Essas empresas não recolhem para a Previdência. Ficam brigando na Justiça. Uma Justiça que, nesse caso, é absolutamente lenta, morosa, que não define, que não decide, que não dá a sentença final, que permite a utilização de recurso sobre recurso. Mas no caso do presidente Lula, ela é rápida. Aliás, ela atropela. Ela rasga a Constituição. Ela fere o estado de direito.

Esse desequilíbrio neste País, sob todos os aspectos - econômico, da Educação, da desigualdade, do gênero, do racismo, das comunidades e das minorias -, precisamos enfrentar, combater e eliminar.

Mas não adianta só ficar falando nessa tribuna, é preciso fazer isso indo às ruas, mostrando o nosso descontentamento, mostrando a nossa indignação, deixando essa apatia de lado, que infelizmente vem tomando conta de parcela expressiva da população brasileira. Precisamos ir para as ruas mostrando a vergonha que é isso tudo que está acontecendo neste país.

É isso que nós esperamos. A esperança não pode morrer nunca, ela tem que estar sempre dentro dos nossos corações, ela tem que nos mover, não só para que possamos resistir a tudo isso, mas, sobretudo, para que possamos apontar alternativas factíveis, alternativas concretas capazes de fazer este país um dia voltar a ser um país mais justo, mais humano e mais fraterno.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Wellington Moura e Milton Vieira para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Wellington Moura e Milton Vieira.

Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Ausente.) Tem a palavra o nobre deputado Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sou uma pessoa que gosta de fazer algumas correções na vida, acho que isso é importante para todo mundo. Portanto, quero fazer uma correção em relação ao primeiro debate que fizemos sobre o Projeto nº 920.

Alguns deputados vieram reclamar comigo, outros reclamaram da tribuna, porque eu disse que os oito deputados que votaram contrários ao Projeto nº 920 acabaram convalidando a posição do Governo do Estado de São Paulo. Eu vou fazer uma correção parcial, porque na verdade é assim: até o quadragésimo oitavo deputado, todos os deputados que votaram não contribuíram e convalidaram o Projeto de lei nº 920/17 do Governo. Os deputados que votaram em 49º lugar e os seguintes, até chegar no 55º, foi para registrar a sua posição.

Então, quero deixar isso registrado, mas deixar claro que se os deputados que votaram "não" não tivessem votado não se teria aprovado o Projeto de lei nº 920/17, não teria dado a vitória ao Governo aqui hoje. Estou dizendo até o 48º, deputado Ed Thomas. Vossa Excelência me falou que foi o 52º deputado